

MARISA LAJOLO (Professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas)

É quase ao término do longo primeiro capítulo de seu *O Inconsciente Político: A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico*,¹ que Fredric Jameson explicita a hipótese que dá nome ao livro: conceber a narrativa como prática coletiva na qual se codificam "soluções' imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis" (p. 72). A tese parece de inspiração antropológica; *O Inconsciente Político*:... retoma formulações de Levy Strauss; já mencionado no capítulo final do livro anterior (1971) de Jameson, *Marxismo e Forma*; Jameson endossa que "o texto visual da arte facial dos Cadivéu constitui um ato simbólico, por meio do qual as reais contradições sociais, insuperáveis em si mesmas, encontram uma resolução puramente formal no reino da Estética" (p. 72). A partir daí, Jameson considera que "a ideologia não é algo que informa ou envolve a produção simbólica; em vez disso, o

Fredric Jameson

O Inconsciente Político,
São Paulo, Ática, 1992, 305 pp.

ato estético é em si mesmo ideológico" (p. 72), premissa da conclusão segundo a qual "a produção da forma estética ou narrativa deve ser vista como um ato ideológico em si próprio" (p. 72) de forma que "todos os artefatos culturais devem ser lidos como resoluções simbólicas das verdadeiras contradições políticas e sociais" (p. 73).

No *devem* da frase acima, a vontade de ter encontrado - finalmente!o elo (perdido?) das relações da cultura com a sociedade.

É assim que este livro de Jameson se inscreve na longa linhagem de pensadores que, há muito tempo, vêm se dedicando à questão central das relações entre a produção cultural - aí incluída a literatura - e a sociedade, questão que, na perspectiva marxista, se traduz na discussão das relações (possíveis? inevitáveis? desejáveis?) entre a *infra* e a *superestrutura*.

Em sua obra anterior, *Marxismo e Forma*,² Jameson repassa de forma abrangente as teorias dialéticas da literatura no século XX, e, neste repas-

1. *O Inconsciente Político. A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico*, São Paulo, Ática, 1992. Tradução de Valter Lellis Siqueira. Revisão de tradução: Maria Elisa Cevasco. A menos que de outra forma apontado, as citações deste trabalho são extraídas desta edição, indicando-se, entre parênteses, o número das páginas.

2. Publicado em 1971 nos Estados Unidos e lançado em 1985 pela Hucitec no Brasil, em competente tradução de lumna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni.

se, é como se o crítico não só limpasse o terreno e fizesse a terraplanagem, mas, sobretudo, arregaçasse as mangas, providenciasse credenciais e reunisse os materiais necessários para a tarefa de *O Inconsciente Político*: a construção de uma outra teoria dialética, senão da literatura, ao menos da narrativa, e, com certeza, da narrativa literária.

Assim, então, o livro de Jameson - agora disponível para o público brasileiro - propõe uma interpretação política para a tão antiga prática narrativa; coerentemente com esta proposta e visando à sua viabilização argumentativa, o texto acompanha, ao longo de diferentes modalidades narrativas que discute, diferentes temporalidades históricas que formatam diferentes narrativas, do conto de fada ao romance de Conrad.

Ou seja, na mais genuína tradição dos estudos literários, Jameson faz acompanhar sua proposta teórica de uma prática analítica que a sustenta, dando-lhe (à teoria) verossimilhança.

Na teoria jamesoniana ganha relevo o postulado da narrativa como um ato de linguagem de dupla articulação, simultaneamente *forma* e *símbolo*. Ao conceber a narrativa como *forma simbólica* na qual se encontram codificadas contradições políticas e sociais, a proposta de Jameson retoma, em seu primeiro termo (*forma*), uma das conclusões de *Marxismo e Forma*: a prevalência da *forma*, como categoria fundamental de análise dialética: "(...) a forma não é (...) um padrão ou molde inicial, aquilo com que começamos, mas antes como aquilo com que terminamos, como a articula-

ção final da lógica mais profunda do próprio conteúdo" (p. 252) ou "o conteúdo, por meio de sua própria lógica interna, gera as categorias em termos das quais ele se organiza numa estrutura formal - e em cujos termos deve, conseqüentemente, ser estudado" (p. 257). Quanto ao segundo termo (*simbólico*), a noção de símbolo também já se encontra presente no capítulo final da obra de 1971 quando, ao sublinhar formulações sartreanas (e aderir a elas?) que "consideram o fenômeno literário específico algo que chama a atenção para suas características estruturais peculiares algo que se identifica como um processo de *simbolização* que é consciente de si mesmo como 'irrealizando' o mundo" (p. 301, grifo no original), Fredric Jameson parece já antecipar reflexões de *O Inconsciente Político* que desdobram e aprofundam o que já era cintilação em *Marxismo e Forma*.

Jameson *revisited*, e com todo o direito.

São estes, pois, porto de partida e de chegada da viagem em que Jameson navega (e com ele seus leitores) ao longo das páginas de seu livro. As últimas vinte, intituladas "Conclusão", têm por subtítulo "A Dialética da Utopia e da Ideologia". Ao longo do livro as premissas e hipóteses, no caminho de tornarem-se conclusões, refinam-se.

Refinam-se muito, sempre de forma instigante.

Refinam-se, primeiro, na discussão dos diferentes horizontes que Jameson estabelece como contextos sucessivos de leitura; refinam-se ainda mais depois, na leitura que o autor

propõe para algumas obras da tradição ocidental, em fascinante virtuosismo analítico que ocupa a maior parte do livro. Assim, ao aportar com o Jameson ao capítulo final, o leitor fiel respira aliviado, ganhando, no CQD que encerra a obra, a recompensa pelo esforço de acompanhar a linguagem cerrada do texto.

As teses fundamentais do livro, quais sejam, 1) *o caráter socialmente simbólico da narrativa*, 2) *a necessidade de uma interpretação política deste simbolismo* e 3) *as vantagens da perspectiva marxista para esta interpretação*, não podem ser formuladas e menos ainda discutidas (defendidas?) nesta véspera do século XXI, sem levar em conta que tal formulação e discussão ocorrem - sobretudo na universidade norte-americana, hábitat de Jameson - em plena maré de correntes pós-estruturalistas de recorte desconstrucionista.

A edição americana de *The Political Unconscious* é de 1981; posterior de dez anos a *Marxism and Form*, e nove a *The Prison House of Language*, de 1972. Se se considerar 1967, ano em que Derrida publica *L'Écriture et la Différence*, como marco inicial da desconstrução cujas propostas a partir dos anos 70 e da Universidade de Yale se disseminam pela crítica norte-americana por meio de Paul de Man, Barbara Johnson e Hillis Miller, percebe-se a gênese simultânea de ambas as formulações: *desconstrucionismo & marxismo à la Jameson* crescem juntos, o que, obviamente, justifica o empenho do último em explicar e defender suas posições a partir de perspectivas diametralmente opostas às da

desconstrução, que advoga a desestabilização do significado e a conseqüente impossibilidade (ou irrelevância...) teórica de discutir-se a interpretação.

Assim, o livro de Jameson compra a briga contemporânea em torno da *interpretabilidade* ou da *não-interpretabilidade* da obra literária; compra a briga e paga à visLa, l:negando inclusive a oferecer um sentido marxista à desconstrução ao sugerir que, em vez de invalidar a hermenêutica, se propõe "um modelo hermenêutico novo, mais adequado, imanente ou antitranscendente" (p. 20), constituindo *O Inconsciente Político* tentativa desta apresentação e desta hermenêutica.

Para Jameson, a obra literária não só *pode* ser interpretada, como a interpretação prioritária é a interpretação política e, mais ainda, a interpretação política correta é a marxista, segundo ele a única que mantém ao mesmo tempo o necessário respeito à individualidade do passado, juntamente com os termos possíveis para a construção de solidariedade com o presente.

Encaminhando esta resolução dialética do confronto passado/presente, Jameson recorre a *O Manifesto* de Marx e Engels para definir a história como ininterrupta luta de classes, postulando a inscrição desta história não apenas na narrativa literária, mas em todos os artefatos culturais (p. 18) os quais, por sua vez, também se inscrevem nesta história.

Jameson apresenta o marxismo como fornecendo as categorias mais adequadas a esta tão necessária nova hermenêutica. Recusa a apresentação do marxismo como *mais* uma teoria da literatura, *mais* um método de rea-

lizar operações críticas (e nesse *mais um*, em pé de igualdade com a semiótica, o estruturalismo, a estilística ou a psicanálise ou qualquer das demais vertentes que, sucedendo-se e/ou superpondo-se uma à outra, constituem o panorama contemporâneo da teoria e da crítica da literatura). Mais do que dialogar ou interagir com outras tendências críticas, Jameson propõe que o marxismo as absorva: em vez de alternativo, o marxismo para Jameson é "horizonte que não pode ser ultrapassado, que subsume tais operações críticas aparentemente antagônicas ou incomensuráveis, atribuindo a elas indubitável validade setorial em seu interior [dele, marxismo], e assim, ao mesmo tempo, cancelando-as" e preservando-as (tradução minha p. 10 do original inglês)(3).

Subjaz, ou melhor, segue-se como consequência à proposta de historização de todos os códigos de interpretação este por assim dizer *batismo marxista* a que Jameson acaba submetendo as vertentes da teoria e da crítica literária contemporâneas. É nesta historização que todas elas, de uma forma ou de outra, tornam-se passíveis de terem suas categorias-chave inscritas no contexto do surgimento e fortalecimento do capitalismo, o que permite a Jameson elaborar, a partir daí, os argumentos de que carece para advogar em favor da crítica política.

O processo acima mencionado fica transparente numa pequena

passagem que trata das teorias freudianas, das quais Jameson faz a seguinte leitura: "Para se chegar a uma avaliação última da psicanálise, seria preciso historizar radicalmente o próprio freudismo e alcançar um ponto de reflexão a partir do qual as condições históricas e sociais de possibilidade tanto do método freudiano quanto de seus objetos de estudo possam ser consideradas (...) As condições de possibilidade da psicanálise tomam-se visíveis, poder-se-ia imaginar, apenas quando começamos a apreciar a extensão da fragmentação psíquica desde os inícios do capitalismo, com suas quantificações sistemáticas e a racionalização da experiência, sua reorganização instrumental do sujeito e do mundo exterior" (p. 56).

O processo se repete em várias passagens do livro. Como resultado, a relação que *O Inconsciente Político* estabelece com teorias da literatura contemporâneas, pela reescritura delas em categorias marxistas, torna-se uma relação de apropriação. Quase de antropofagia, descontada a marotagem oswaldiana, que obviamente não frequenta estas sisudas páginas.

Preparado, assim, o terreno, Jameson adverte o leitor de que não faz parte de seu projeto uma exposição sistemática dos princípios da hermenêutica proposta, anunciando, em vez disso, a apresentação do método marxista de interpretação literária e cultural como propiciando um enriqueci-

3. U(...) Marxism is here conceived as that 'untranscendable horizon' that subsumes such apparently antagonistic or incommensurable critical operations, assigning them an undoubted sectoral validity within itself, and thus at once canceling and preserving them" (p. 10).

mento semântico do mais amplo contexto histórico no qual se inscrevem textos culturais: o contexto "da história agora concebida em seu sentido maior de seqüência de modos de produção e de sucessão e destino das várias formações sociais humanas, desde a vida pré-histórica a qualquer que seja o tipo de futuro que a história nos reserve" (tradução minha, p. 75 do original)(4).

O leve toque determinista, que a menção a uma história que *has in store (a far future, M.L.) for us* imprime à concepção de história em jogo, incomoda. Mas, apesar disso, vale assinalar a interessantíssima gradação de contextos nos quais a análise de Jameson propõe a inserção dos textos a serem analisados da perspectiva marxista: ele começa por ressaltar que sendo "a noção de contradição básica para qualquer análise cultural marxista" (p. 73), a leitura marxista de "textos literários ou culturais como atos simbólicos tem necessariamente de apreendê-los como resoluções de determinadas contradições", de forma que a "exigência metodológica de articular a contradição fundamental de um texto pode, então, ser vista como um teste de abrangência de análise" (p. 73).

No desenrolar da discussão, o texto de Jameson vai se tornando extremamente rico e sugestivo, ao incluir na argumentação reflexões aparentemente laterais, mas que desenham, no seu conjunto, a amplitude e diversidade dos caminhos pelos quais se monta

a argumentação do livro. Meio labirinticamente, o texto de Jameson vai semeando reflexões, que, abandonadas à própria sorte, se iluminam mais adiante, quando o autor as retoma, redireciona-as, eventualmente ressignifica-as.

É sobretudo nas encruzilhadas que a beleza do percurso se impõe, não obstante os riscos da patinação.

Uma das encruzilhadas mais sugestivas guarda fortes ecos bakhtinianos ao navegar pelas águas da dialogia: não da *dialogia intranarrativa*, mas da *dialogia internarrativa*, como se o conjunto de modalidades e gêneros narrativos em curso num determinado momento em uma dada sociedade constituísse um grande coro, arena de disputa do poder. Nisto, por exemplo, Jameson estabelece paralelo muito fecundo com a lingüística: sua noção de literatura aproxima-se bastante de noções de língua com que trabalham as mais abrangentes noções contemporâneas de sociolingüística, e que passam a limpo, por assim dizer, as possibilidades de diálogo entre estudos de literatura e estudos de língua.

Pois é claro que a aposta na forma, básica na teoria de Jameson, passa, necessariamente, pela reflexão sobre a linguagem. Mas não, evidentemente, por *qualquer* reflexão sobre a linguagem.

Para Jameson, a reflexão sobre a linguagem ocupou um livro publicado exatamente entre *Marxismo e Forma* e *O Inconsciente Político*. Em *The Pri-*

4. H(...) history now conceived in its vastest sense of the sequence of modes of production and the succession and destiny of the various human social formations, from prehistoric life to whatever far future history has in store for us" (p. 75).

son House of Language (1972, inédito no Brasil), Jameson faz um sofisticado balanço do então corrente entusiasmo com que teorias lingüísticas de extração formalista e estruturalista eram saudadas, sendo absolutamente convincente na rejeição delas. Se hoje está completamente desfeita a expectativa corrente nos anos 60 de que o microestruturalismo das oposições binárias em nível geralmente léxico e no máximo frásico patrocinaria a confluência dos estudos de literatura e os de língua, beneficiados aqueles da cientificidade apregoada por estes, Jameson ajudou a desfazer o equívoco.

Mas, o que é raro, ao desfazer-se do uso equivocadamente que se propunha para os estudos da linguagem na área dos estudos da literatura, o crítico não se desfez nem da linguagem, nem tampouco da necessária hipótese do parentesco entre linguagem e literatura.

Ao contrário: Jameson refaz o parentesco, ancorando-o agora na estrutura de uma prática social de linguagem, trazendo para primeiro plano, nos estudos da literatura, a operacionalidade de categorias há muito presentes nos estudos da linguagem, fundamentando, por exemplo, a interdisciplinaridade necessária dos estudos de língua/literatura na compreensão da natureza estrutural não mais de fenômenos da língua, mas de suas práticas sociais, seguramente arena de luta pelo poder.

É, assim, nesta direção, que aponta uma das mais sugestivas formulações de Jameson, a que afirma que "(...) por definição, os monumentos culturais e as obras-primas que sobre

viveram tendem necessariamente a perpetuar apenas uma única voz nesse diálogo de classes, a voz de uma classe hegemônica, eles não podem ocupar um lugar relacional no sistema dialógico sem a restauração ou reconstrução artificial da voz a que inicialmente se opunham, uma voz em grande parte abafada e reduzida ao silêncio, marginalizada, cujas palavras foram espalhadas pelo vento ou reintegradas na cultura hegemônica" (p. 78). Neste enovelado de diferentes modalidades narrativas, Jameson fornece elementos para uma eficiente e definitiva erosão do cânon literário.

Também de indisfarçável sotaque lingüístico é a noção de *ideologema* proposta por Jameson, em que ressoa tanto a noção saussureana de fonema como *unidade mínima* da linguagem, quanto a noção de *dupla articulação*.

É, de novo, a noção de *forma simbólica* que emerge da noção de ideologema, noção definida como "formação anfíbia cuja característica estrutural essencial pode ser descrita como sua possibilidade de se manifestar como pseudo-idéia - um sistema conceitual ou de crença, um valor abstrato, uma opinião ou um preconceito - ou como uma protonarrativa, uma espécie de fantasia de classe essencial com relação aos *personagens coletivos*, que são as classes em oposição (...) deve ser susceptível tanto a uma descrição conceitual como a uma manifestação narrativa, ambas ao mesmo tempo" (p. 80).

Assim concebida, a noção de ideologema pode cumprir, na instância da narrativa, o papel que na tradição lingüística saussuriana cumpre o fonema, unidade mínima. Fonema-

ideologema: parodiando o poeta, mais do que uma rima: talvez uma solução, pois aponta, no mínimo que articula, para o macro que simboliza.

Se num primeiro movimento de análise Jameson propõe contextos *de classe* como horizontes da crítica literária que se queira marxista, um outro movimento amplia tais horizontes, inscrevendo-os no maior deles: na perspectiva marxista, o do *modo de produção*: a "tarefa da análise cultural e social, assim construída neste horizonte final será, é claro, a reescritura de seus materiais de tal forma que essa perétua revolução cultural possa ser apreendida e lida como a estrutura constitutiva mais profunda e permanente em que os objetos textuais empíricos alcançam a inteligibilidade" (p. 89).

Aqui, um porém.

Mas de somenos.

Não obstante a ênfase que recebe na teoria jamesoniana o *modo de produção*, enquanto categoria marxista a contextualizar a crítica literária, esta parece uma categoria das menos elaboradas na tradição dos estudos materialistas sobre cultura. Esta lacuna eventualmente se explica, na tradição dos estudos literários, pela força *discursiva* de concepções idealistas da literatura, tradição esta que formata a linguagem disponível para falar-se de literatura, abrindo espaço, por exemplo, para curiosidades ideológicas, como o acima mencionado eco determinista inevitável na representação do *futuro* como *conjunto de modos de ser que a história guarda para nós*.

Da mesma forma, fica também devedor o recurso à escorregadia noção de modo de produção: quando a produção de que se fala não é a produção automobilística nem a hortifrutigranjeira, mas a produção cultural literária, de que produção se fala? de livros...? de textos...? de valor estético...? Porque é claro, dependendo *do que se fala*, concebe-se diferentemente seu modo de produção...

A persistência do incômodo que a discussão do modo de produção representa mesmo para perspectivas críticas evidentemente antiidealistas como a de Jameson talvez impeça, por exemplo, reflexões mais amplas, radicais e despreconceituosas relativas ao impacto da tecnologia sobre a literatura.

A percepção de tal impacto fulgura em alguns momentos n'O *Inconsciente Político*; entretanto, a discussão não parece avançar para além de fulgurações, como aquela, logo ao início, em que Jameson aponta a impropriedade do escândalo acadêmico (e letrado) de relacionar *fatores extrínsecos* (por exemplo, a questão técnica de substituição do romance em vários volumes pela forma mais barata do romance em um só volume) a *constituintes intrínsecos* (como rupturas formais, e estrutura de sentimentos) (cf. p.23).

A questão não será, antes, redimensionar o *extrínseco* e o *intrínseco*?

As aspas que pontilham a passagem são sugestivas tanto da consciência de Jameson das complexas operações semânticas necessárias à formulação de uma teoria nova, como, sobretudo, da consciência do *sotaque* que a operação semântica uma espécie

de rotação incompleta não consegue calar; é na paralisia do meio do caminho que a própria lição de Jameson ensina que talvez a operação necessária seja outra, talvez mais simples: escapar da ressemantização, já que num horizonte de interpretação cultural marxista não há *extrínseco* no universo das linguagens: ou, melhor dizendo, o exterior de uma linguagem é sempre *outra linguagem*, de forma que a necessária reflexão sobre *modos de produção* de objetos culturais, entre os quais incluem-se, sem destaque, os literários, não pode opor *extrínseco* a *intrínseco* de forma tradicional e estática.

Para romper a tradição de conservadorismo e estaticidade em que a discussão patina não basta proclamar a improcedência de seus impasses; é preciso, em vez disso, formular categorias que os superem. Categorias como *instituição* talvez sejam um caminho promissor: considerar a literatura como *instituição discursiva*, cuja existência social se dá mediante diferentes práticas, configuradas em diferentes instâncias, pode valer a pena...

...será que vale?

Se valer, vale sobretudo porque constitui um caminho já inscrito no percurso de Jameson, sobretudo no segundo capítulo onde, sob o título de "As narrativas mágicas", tendo por interlocutores Frye e Propp, ele retoma a noção de *gênero* como categoria importante do marxismo, concebendo os gêneros como "instituições essencialmente literárias ou contratos sociais entre um escritor e um público específico, cuja função

é especificar o uso correto de um determinado artefato cultural" (p. 107). Levada adiante, a discussão renderia. E, sobretudo, levada a seu extremo, impediria formulações bizarras que, no limite, voltam ao conteudismo, flagrado num relance, como o que reponta em nota de rodapé ao segundo capítulo, no qual Jameson apresenta *Grande Sertão: Veredas* como "curiosa variante brasileira *altamente literária* do western" (p. 151).

Mas isso, como diria a voz experiente do protagonista do *western*, são nonadas...

Os três capítulos subseqüentes tratam, respectivamente, de Balzac, de Gissing e de Conrad, de cujas narrativas Jameson se ocupa com maestria e sensibilidade, discutindo-as e discutindo, nestas discussões, suas hipóteses e teorias. Retomados e amarrados no capítulo final, pressupostos, premissas, hipóteses e análises tecem a conclusão que, ao propor um reconhecimento simultâneo das funções *ideológicas* e *utópicas* do texto artístico, parece constituir o patamar necessário para, daí em diante, os projetos de Jameson abandonarem a diacronia que, de uma forma ou de outra, acompanha sua produção desde *Marxismo e Forma* e concentrarem-se no pós-modernismo: *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism* (Duke University Press, 1991) seguese a *O Inconsciente Político*.

É em *Postmodernism, or...* [ainda não traduzido no Brasil](5) que a análise de Jameson, ao voltar-se para

5. Em junho de 1985, o número 12 de *Novos Estudos Cebrap* publicou "Pós-modernidade e sociedade de consumo", tradução da conferência que Jameson proferiu em 1982 no Whitney Museum e que, ampliada, e com o título "Post Modernism and the Cultural Logic of Late Capitalism" foi publicada no número 146 da *New Left Review* (1984), origem do livro de 1991.

a arquitetura e para o cinema, dá outro salto qualitativo, pois abandona, no exercício da prática crítica, a hegemonia da literatura em face de outros objetos culturais, abandono este há algum tempo proposto pela melhor tradição marxista, de Raymond Williams a Terry Eagleton, compromisso que de certa forma se ratifica pela derradeira frase de *O Inconsciente Político* que postula a *práxis política* (...) enquanto *razão de ser do marxismo*, como contexto e horizonte último dos estudos culturais marxistas (p. 308).

É relativamente à natureza desta práxis política marxista na área de estudos culturais que se coloca uma última questão: como pode a militância (que é como estou entendendo a assumida noção de práxis política) exercer-se na opacidade às vezes inexpugnável deste texto de Jameson? Seus imensos parágrafos, construídos por igualmente imensos períodos, podem ser desalentadores. Alguns leitores, ao menos os como eu, sem uniforme nem carteirinha assinada, se não se perdem na leitura (e, perdidos, fecham o livro e vão à vida...) saem do texto com a desconfortável sensação de que não sabem bem se entenderam o que acabaram de ler...

Para um autor como Jameson, sensível a questões de forma, esta observação é procedente, sobretudo

porque, no prefácio a *Marxismo e Forma*(6), ele admite que independentemente de suas reservas quanto à estilística, "qualquer descrição concreta de um fenômeno literário ou filosófico - se é para ser realmente completa - tem, em última instância, a obrigação de atender à própria forma de cada frase, para dar conta de sua origem e formação" (p. 4). Exatamente neste texto apóia-se Terry Eagleton, no início de um instigante ensaio sobre a escritura jamesoniana(7) e que, muito embora não se ocupe de *O Inconsciente Político*, faz observações que parecem válidas também para esta obra. Após registrar a centralidade do estilo na obra de Jameson, e, depois de elogiar, de diferentes pontos de vista, resultado da drummondiana luta de Jameson com as palavras, atribui os tropeços do leitor à dupla natureza de *comentário* e de *crítica* do discurso jamesoniano. Ao arrematar, aponta as fontes européias e americanas do discurso de Jameson, sugerindo que "os recursos que Jameson agencia para evitar tanto a transparência anêmica da escrita anglo-americana quanto as obscuridades do discurso europeu, atingindo um discurso que é, ao mesmo tempo, espesso e lúcido" resultam num estilo que, nas palavras de Eagleton, "é menos cosmopolita do que despaisado"...(8)

6. Jameson, F. *Marxism and Form* (twentieth-century dialectical theories of literature) [1ª ed. 1971], Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1974. No meu texto, as referências são feitas à tradução brasileira desta obra (*Marxismo e Forma: Teorias Dialéticas da Literatura no Século XX*, São Paulo, Hucitec, 1975, tradução de Iumna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni), à qual corresponde a indicação do número das páginas, feita no texto entre parênteses.

7. Eagleton, T., "Frederic Jameson: The Politics of Style", in *Against the Grain: Selected Essays* (1975-1985), Londres, Verso, 1985.

8. "(...) he avoids both the anaemic transparency of Anglo American writing and the obscurities of European style, achieving a discourse which is paradoxically both thick and lucid. Jameson's style is less cosmopolitan than homeless (Eagleton, T., "Frederic Jameson: The Politics of Style", op. cit, p. 68).

-

É, assim, nesta deixa que pega carona a observação acima, embora correndo o risco de não encontrar interlocutores, dado que a tradução brasileira disponível acrescenta aos conglomerados mais intransponíveis do original inglês soluções vernáculas às vezes discutíveis.

No já mencionado prefácio, Jameson defende-se de antemão das queixas de um leitor impertinente como eu, desqualificando expectativas de clareza e simplicidade, que, segundo ele, poderiam ter "a intenção de fazer o leitor passar rapidamente por uma frase, de tal modo que ele pudesse saudar uma idéia pronta sem esforço, de passagem, sem suspeitar que o pensamento verdadeiro exige uma descida à materialidade da linguagem e uma conformidade com o próprio tempo na forma da frase? Na linguagem de Adorno - talvez a mais fina inteligência dialética, o mais fino estilista deles todos - a densidade é ela mesma um conduto de intransigência: a massa áspera de abstrações e de referências cruzadas é destinada, precisamente, a ser lida em situação,

contra a facilidade barata daquilo que a circunda, como um aviso ao leitor do preço que ele tem de pagar pelo pensamento genuíno" (p. 4).

Será que a maternidade da linguagem e a conformidade com o próprio tempo precisam maltratar tanto o leitor?

O argumento de autoridade que incluir Adorno na discussão não deve calar a discussão. Quais os limites da densidade e da obscuridade? Da complexidade e da ilegibilidade? Tantos abstratos, é claro, só fazem sentido quando situacionalizados, isto é, *densidade, obscuridade, complexidade e ilegibilidade* não existem em si mesmas, são categorias sempre relativas, e relativas, sobretudo, à circulação prevista para os textos passíveis de à luz delas serem avaliados. Nesse sentido, seria interessante pôr lado a lado Jameson e Raymond Williams, Adorno e Brecht, e repensar a questão a partir da práxis política textual de cada um deles.

Mais nonadas? Pão ou pães, questão de opiniões, lembra Mestre Guima...

Fica para os leitores conferirem.

Le Mouvement Social,
na 62, "Syndicats d'Europe",
organizado por Jacques Freyssinet,
jan.-mar. 1993, 160 p.

CLÁUDIO BATALHA

(professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas)

Quais as dificuldades, os desafios, as tendências do sindicalismo na Europa dos últimos anos e num futuro próximo, que começa a se delinear

LAJOLO, Marisa. Resenha de: JAMESON, Fredric. O inconsciente político. São Paulo: Ática, 1992, 305 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.122-131.

Palavras-chave: Produção Cultural; Teorias da Literatura Contemporânea; Inconsciente Político.